
A CRÍTICA DE MARX A BOLÍVAR E A CRÍTICA DE UM MARXISTA LATINO-AMERICANO A MARX

MARX'S CRITICISM TOWARDS BOLIVAR AND A LATIN-AMERICAN
MARXIST'S CRITICISM TOWARDS MARX

LA CRÍTICA DE MARX A BOLÍVAR Y LA CRÍTICA DE UN MARXISTA
LATINOAMERICANO A MARX

*Alex de Novais Dancini**
*José Joaquim Pereira Melo***

Resumo: Este artigo discute o polêmico texto escrito por Marx em 1857, no qual o líder da independência da América espanhola, Simón Bolívar, foi duramente criticado. O artigo de Marx causou espanto e revolta na maioria dos marxistas latino-americanos, motivo pelo qual houve um esforço em tentar justificar as críticas marxianas. Dentre os marxistas latino-americanos que se destacaram na discussão deste texto marxiano encontra-se José Aricó. Suas teses afirmam que Marx, ao tratar de Bolívar e da América Latina, incorporou e negou, ao mesmo tempo, duas concepções hegelianas, a de "povos sem história" e a de Estado. Este texto traz algumas reflexões para se discutir a crítica de Marx a Bolívar e a crítica de Aricó a Marx, objetivando apresentar um posicionamento em relação a este debate no interior do marxismo latino-americano.

Palavras-chave: Marx; Bolívar; Aricó; América Latina.

Abstract: This paper discusses Marx's controversial text dated from 1857, in which Simon Bolivar, best known as the leader for the Independence of Spanish America, was severely criticized. Marx's text baffled and brought about revolt among Latin-American Marxists, which explains the prolific attempts to justify Marx's harsh comments. In such a context, José Aricó stands out as one of those who responded to Marx's text. In his theses, Aricó posits that Marx, when referring to Bolivar/Latin America, incorporated and denied, at the same time, two Hegelian concepts: "people without history" and the "State". Thus this work raises some ideas with which it is possible to reflect on the criticism made by Marx towards Bolivar, and also Aricó's criticism addressed to Marx. The main goal is to present an opinion regarding the issue raised here as far as Latin American Marxism is concerned.

Keywords: Marx; Bolivar; Aricó; Latin America.

O texto de Marx

O texto¹ de Marx sobre Bolívar foi escrito nos últimos meses de 1857, a pedido de Charles Dana, que queria contar com um verbete sobre Simón Bolívar na "New American Cyclopaedia". Ao receber o texto de Marx, o co-editor da enciclopédia percebeu que o que era pra ser uma biografia, havia se tornado um texto no qual o alemão tinha, segundo Dana, exagerado nas críticas.

Biograficamente, o texto segue um formato comum a estes gêneros de

texto, nos quais, comumente, são apresentados os principais acontecimentos da vida de um indivíduo. O que incomodou Dana foi a aspereza com que Marx tratou da figura de Bolívar ao narrar a vida de um personagem que se tornara conhecido na Europa em razão dos seus feitos à frente do exército patriótico na guerra de independência da América espanhola. Em relação à crítica, Marx não se esquivou, e inclusive, reforçou-a na carta que trocou com Engels, em 14 de fevereiro de 1858:

Além do mais, Dana me critica por causa de um artigo mais longo sobre Bolívar porque estaria escrito em um *partisanstyle* (tom preconceituoso) e exige minhas *autorities* (fontes). Estas, posso proporcioná-las, naturalmente, ainda que a exigência seja estranha. No que toca ao *partisanstyle*, certamente saí um pouco do tom enciclopédico. Teria sido passar dos limites querer apresentar Napoleão I como o canalha dos mais covardes, brutal e miserável. Bolívar é o verdadeiro Soulouque² (MARX; ENGELS, 1982, p. 50).

Como se pode ver, havia uma profunda aversão de Marx em relação a Bolívar. Esta aversão permeia o texto por completo, de tal maneira que, em nenhum momento, Marx atribui qualquer elogio em relação a uma estratégia militar de ataque ou retirada, por exemplo. Nesses casos, para Marx, nos principais ataques comandados por Bolívar contra o exército espanhol, o *criollo* cometeu erros; quando recuou, foi covarde, e, ainda, quando não atacou, perdeu a chance de liquidar o exército espanhol em pontos estratégicos. Ou seja, no texto, não há nenhuma possibilidade de encontrar sequer uma menção positiva a Bolívar.

Fato recorrente no texto é a comparação entre Bolívar e Napoleão Bonaparte. A Constituição da Bolívia (código Bolivariano), escrita pelo *criollo* era, segundo Marx, “uma arremedo do código Napoleônico”. No texto, Bolívar é comparado a Napoleão por três vezes, das quais, em duas, ressalta-se a característica de ditador do político francês.

O fato de que Marx nunca antes tenha notado Bolívar e de que, ao se pôr a escrever sobre ele, tenha se sentido impelido a elaborar um extenso e desusado libelo injurioso, em que o revolucionário latino-americano é comparado, através de uma terceira pessoa, a uma figura tão repudiada por ele como o imperador francês, demonstra, com toda clareza, que Marx via em Bolívar uma cópia imperfeita do bonapartismo ou, dito de outra maneira, um tipo de ditador bonapartista (ARICÓ, 1982, p. 98).

A oposição que Marx cultivava em relação a Bonaparte foi transferida a Bolívar. O filósofo alemão via, no *criollo*, a figura política e militar do ditador francês. Esta analogia foi um dos principais incômodos para os adeptos de Bolívar, uma vez que o bonapartismo representou, como o próprio Marx analisou em O 18 Brumário de Napoleão Bonaparte, o golpe final da burguesia desfechado contra o proletariado, síntese de uma luta de classes que se tornava latente no capitalismo em ascensão e perigosa à burguesia recém-chegada ao poder político na França.

Foi o mesmo que dizer que Bolívar representava apenas os interesses os setores economicamente privilegiados da América espanhola, abstratamente conhecidos como *criollos*, a camada social detentora ou dos meios de produção (naquela época sobretudo as terras e minas) ou dos negócios comerciais entre a colônia e a Metrópole, mas também, e com destaque, entre a colônia e outros países europeus, via contrabando.

Diante desta posição marxiana em relação a Bolívar, os latino-americanos se opuseram veementemente, mesmo que, em alguns momentos, tentaram velar tal contradição, justificando que o problema estaria nas fontes utilizadas pelo filósofo. Outro argumento é o fator tempo, já que a vida jornalística do revolucionário alemão sempre foi exercida pela necessidade da sobrevivência, o que teria feito com que Marx tivesse tratado o tema de sobrevoos, sem realizar uma análise materialista e histórica como era de seu costume. Os erros de Marx, portanto, e segundo os defensores de Bolívar, eram passíveis de perdão. No entanto, sempre foram considerados como erro.

José Aricó, defensor de Bolívar e crítico de Marx

A entrada da literatura marxista na América Latina remonta às últimas décadas do século XIX, com a publicação do Manifesto do Partido Comunista em 1886, pelo mexicano Juan de Mata Rivero (1838-1893) e pela tradução do livro I de O capital, pelo dirigente socialista argentino Juan B. Justo (1865-1928), em 1898 (NETTO, s/d). Após a revolução bolchevique de outubro e o surgimento de José Carlos Mariátegui, o marxismo seguiu crescendo em quantidade de publicações e em qualidade nas análises, culminando no fortalecimento deste campo teórico-político entre os anos de 1930 e 1950 com a fundação de partidos comunistas em praticamente todos os países do continente latino-americano. Para Netto (p. 5), “entre os inícios dos anos 1930 e meados dos anos 1950, o marxismo tornar-se-á uma referência indescartável no conjunto da cultura latino-americana, mesmo quando se leva em conta a desigualdade do seu nível de desenvolvimento nos vários países do subcontinente”.

Em meio ao crescimento da publicação de textos marxianos e marxistas, o texto marxiano sobre Bolívar veio à tona, na América Latina, apenas em março de 1936, quando Anibal Ponce o publicou no primeiro

número da revista *Dialéctica*. A partir deste momento, o assunto que envolve o líder das guerras de independência da América espanhola – considerado por uma parte da historiografia latino-americana como Libertador – e o filósofo revolucionário que produziu a teoria social capaz de explicar a gênese, a natureza, o desenvolvimento e a possibilidade de crises do capital sempre foi motivo para discussões internas entre membros de partidos de esquerda, e entre progressistas e conservadores.

Este debate tornou-se significativo, porque colocou lado a lado dois personagens centrais na política latino-americana do século XX. De um lado, Karl Marx, o pensador revolucionário que fundamentava as concepções teórico-políticas do campo socialista que, de modo geral, era identificado por marxismo. O alemão era, então, o nome lembrado em todas as fileiras dos partidos políticos mais voltados à organização da ainda tímida classe trabalhadora – composta, sobretudo, por camponeses – com vistas a uma revolução, a revolução proletária proposta pelo próprio Marx. Do outro lado, estava Simón Bolívar. Este, por sua vez, jamais teve ligações políticas, a partir da mesma perspectiva que as camadas exploradas da sociedade, como teve seu opositor. Pelo contrário, a família de Bolívar pertenceu ao quadro dos *mantuanos*³ de Caracas.

Enquanto Marx era a realidade proletária abstraída em uma teoria social revolucionária, Bolívar representava, para muitos partidos de esquerda e de direita, e intelectuais latino-americanos, o mito, como o próprio Marx escreveu, de liberdade da América Latina. Quando as críticas do comunista alemão chegaram ao conhecimento dos latino-americanos (em 1936), inevitavelmente, causaram uma indisposição no interior dos grupos de esquerda e serviram de argumento para a desconstrução ainda maior da teoria social marxiana pelos partidos liberais, conservadores e os grupos militares, também cultuadores de Bolívar. Além disso, vários teóricos marxistas tiveram que se submeter à análise do texto e do contexto de sua produção para poder explicar o porquê da feroz crítica marxiana a Bolívar. Um dos que mais se destacou nesta empreitada foi José Aricó.

Aricó foi um dos primeiros intérpretes da obra de Gramsci na América Latina, o que o torna, portanto, uma expressão da vertente gramsciniana do pensamento marxista neste continente. Sua vida foi dedicada à militância, desde Córdoba, onde era membro do Partido Socialista cordobês. Seus escritos e publicações visaram, de modo geral, difundir um marxismo que tinha como foco a análise da América Latina como um sujeito histórico de difícil apreensão e com especificidades alheias às características do continente europeu. Por outro lado, Aricó foi significativo na publicação de obras marxianas que ainda não eram conhecidas ou divulgadas na América Latina. Para esta divulgação e publicação, utilizou-se da revista de cultura e política, criada por ele, “*Cuadernos del Pasado y Presente*”. Segundo ele,

Pasado y Presente será la expresión de um grupo de intelectuales com certos rasgos y perfiles próprios, que esforzándose por aplicar el materialismo histórico y incorporando las motivaciones del presente, intentará soldarse con um passado al que no repudia ensu totalidad pero al que tampoco acepta en la forma que se le ofrece (ARICÓ, 1963, p. 12).

A análise que Aricó faz da postura de Marx em relação a Bolívar é um dos capítulos do seu livro *Marx e a América Latina* (1982). Uma das primeiras constatações presentes neste livro acerca da produção marx-engelsiana sobre América Latina, oferece-nos a possibilidade de problematizar esta questão.

Por outro lado, não se pode ignorar que a reflexão marxiana sobre as sociedades pré-industriais e não capitalistas, dependentes ou colonizadas, não alcançou um grau de sistematização e sistematização suficiente para evitar a crença generalizada de que suas elaborações sobre o problema foram só circunstanciais, contraditórias e extremamente eurocêntricas (ARICÓ, 1982, p. 37).

O próprio autor em questão rejeita a tese segundo a qual muito pouco se falou em América Latina nos escritos de Marx e Engels. Segundo ele, na obra de Marx é possível encontrar uma linha de raciocínio que concebia a América Latina como extensão da Europa, assim como pensava Hegel. Para ele, Marx reproduziu Hegel ao visualizar a “América como um imenso território vazio” (ARICÓ, 1982, p. 82). Por território vazio não se deve entender despovoado, mas sem determinações reais que pudessem impulsionar a formação de uma estrutura social capaz de movimentar as contradições e superar, naquele momento, o domínio despótico e militar do Estado espanhol.

Fazendo esta afirmação, Aricó descontrói uma hipótese secular segundo a qual a América Latina foi um tema escasso na obra marx-engelsiana. O principal objetivo do intelectual argentino, ao contestar esta e outras hipóteses, era mostrar que o texto de Marx sobre Bolívar não passara de um equívoco, e no qual o revolucionário alemão, em linhas gerais, traiu seu método de análise da história. O argentino procura mostrar que a visão preconceituosa de Marx em relação ao *criollo* venezuelano foi marcada pela influência de Hegel, que teve seu pensamento ora incorporado, ora rechaçado por Marx.

A identificação de Marx a Hegel, feita por Aricó, coloca outro problema em relação ao pensamento marxiano sobre o continente latino-americano, expresso no conceito de “povos sem história”. Esta é a primeira tese defendida pelo marxista argentino para explicar, segundo ele, a compreensão marxiana da incapacidade latino-americana no processo do vir a ser histórico (ARICÓ, 1982).

Para Hegel, os povos sem história eram aqueles que não apresentavam capacidade histórica racional para superar sua condição de colonizado, devido à força, à pilhagem, à exploração e às guerras coloniais (ARICÓ, 1982). Estes povos não tinham, segundo Hegel, a capacidade de se libertar da dominação que os mantinha atrasados no movimento racional da história (do espírito), impossibilitados, portanto, de constituir um vir a ser (devir) fundado em torno do Estado moderno, o ápice da liberdade humana. A América Latina, deste ponto de vista, caberia no conceito hegeliano de “povos sem história” pela sua incapacidade de conduzir um processo de liberdade, dado seu atraso histórico no desenvolvimento das forças produtivas.

Para Aricó,

pode-se afirmar que foi através do privilegiamento do caráter arbitrário, absurdo e irracional do processo latino-americano, pela impossibilidade de visualizar nele a presença de uma luta de classes que fosse expressão de seu movimento real e que, portanto, firmasse sua sistematização lógico-histórica, que Marx se viu obrigado a recolocar a noção, sempre presente no fundo do seu pensamento, de “povos sem história” (ARICÓ, 1982, p. 105).

Se na questão acima, segundo o marxista argentino, Marx se alinhou a Hegel, não fez o mesmo quando o assunto foi o Estado como instância organizativa da sociedade civil dos países recém-libertados da Metrópole. E, neste caso, Marx é novamente criticado, porque rejeitou a concepção do Estado hegeliano, a qual se enquadraria nos princípios bolivarianos que se desejava implantar na América espanhola após a independência. Esta negação hegeliana operou “a resistência de Marx a reconhecer no estado uma capacidade de 'produção' da sociedade civil e, por extensão, da própria nação. A 'cegueira' teórica de Marx derivaria, então, do círculo vicioso em que acabou por se encerrar o seu pensamento” (ARICÓ, 1982, p. 106).

E prossegue:

O ataque da concepção hegeliana do estado teve o efeito contraditório de obscurecer sua [de Marx] visão de um processo caracterizado por uma relação *assimétrica* entre economia e política, de modo que, não podendo individualizar o “núcleo racional” constitutivo do processo – a “lei de movimento” da sociedade – Marx reduziu a política a puro arbítrio, sem poder compreender que era precisamente nessa instância onde o processo de construção estatal tendia a se coagular (ARICÓ, 1982, p. 107, grifo do autor).

Esta segunda aproximação de Marx a Hegel, atribuída por Aricó, configura-se, na verdade, em uma negação marxiana da concepção hegeliana de Estado. O projeto de Bolívar era o de se constituir um Estado forte, centralizado, opondo-se, portanto, ao modelo federativo que era defendido pelos *criollos* mais liberais, identificados como jacobinos. Este modelo estatal alinha-se com a concepção de Estado moderno hegeliana, motivo pelo qual José Aricó tece duras críticas a Marx, pelo fato deste último não ter reconhecido a necessidade de, naquele momento de indefinição política, erguer-se um Estado com características monárquicas. Analisando o processo de independência da América espanhola por esta perspectiva, Marx teria incorrido em um imenso erro, já que não foi capaz de compreender a totalidade do movimento histórico da outrora colônia da Espanha:

A desqualificação de Bolívar implicava um risco que Marx foi incapaz de evitar e do qual nunca teve plena consciência: a incompreensão do movimento em seu conjunto. Não é acidental que, deixando-se levar pelo ódio ao autoritarismo bolivariano, concebido como uma ditadura “educativa” imposta coercitivamente às massas que não estavam prontas para uma sociedade democrática, Marx tenha deixado de analisar o que seu próprio método o impulsionava a buscar em outros fenômenos sociais que analisou: a dinâmica real das lutas de classes ou de forças atuantes (ARICÓ, 1982, p. 111).

Após ser criticado por reproduzir e, ao mesmo tempo, negar concepções hegelianas na análise que fez de Bolívar e da América espanhola, Marx é acusado de trair seu próprio método ao textualizar sobre o líder independentista. Diante das considerações do marxista argentino, acerca do posicionamento marxiano a respeito de Bolívar, cabe perguntar em que medida o filósofo comunista estava equivocado em suas considerações bolivarianas? Há a possibilidade de Marx ter se equivocado em todas as colocações que fez sobre o venezuelano, a ponto de Aricó não reconhecer nenhuma das críticas a ele atribuídas? Se Marx, como o próprio marxista argentino atesta, tinha materiais suficientes para conhecer a realidade latino-americana, teria ele traído seu próprio método ao falar sobre o *criollo* venezuelano?

Estaria Marx completamente equivocado? O conceito hegeliano de “povos sem história”

Para continuar discutindo na mesma linha de raciocínio apresentada acima, começar-se-á por analisar o suposto alinhamento de Marx à concepção

hegeliana de “povos sem história”. Após a morte de Hegel, em 1831, Marx se colocou nas fileiras do grupo considerado como a esquerda hegeliana, cujos membros buscavam utilizar o pensamento do antigo mestre, sobretudo seu método, para criticar o Estado prussiano e sua política atrasada do ponto de vista das conquistas liberais que já haviam ocorrido em outros países da Europa.

E foi justamente o Estado prussiano o ponto de partida para que Marx se colocasse no embate com a filosofia de Hegel, sobretudo em relação à sua concepção de Estado. Portanto, a pouco mais de 10 anos da morte de seu mestre, Marx decidiu criticar a Filosofia do Direito de Hegel, na qual reconhecia haver a mais bem definida expressão teórica do Estado moderno. Ao criticar Hegel, criticava também a própria realidade nacional alemã e principalmente seu governo (FREDERICO, 2009).

O artigo sobre Bolívar foi escrito no final de 1857, praticamente 14 anos depois da crítica realizada à Filosofia do Direito. Esta constatação é importante porque situa a larga temporalidade que separa um Marx ainda muito influenciável por Hegel, de um outro, teoricamente mais maduro e já em contato com a Economia Política. Assim, a influência hegeliana da concepção de “povos sem história”, que Aricó afirma estar presente no Marx de 1857, pode não ser tão verdadeira como se acredita.

O fato de Marx, neste período, ter à sua disposição, no *British Museu*, consideráveis materiais sobre a América Latina não assegura a veracidade da tese do marxista argentino, segundo a qual o filósofo alemão não prestou atenção na América Latina por pensar que esta parte do continente fosse desprovida de racionalidade histórica, ou seja, de capacidade de se desvencilhar das práticas coloniais ou semicoloniais nele existentes, logo, e segundo Hegel, configurando-se como um “povo sem história”.

Aricó faz referência à atenção e expectativa de Marx em relação à Irlanda e à Rússia, países colonizados tanto quanto a América espanhola. A diferença, e motivo da crítica do marxista argentino, é que o revolucionário alemão acreditava que estes países poderiam fazer parte daquele grupo de países independentes e com possibilidades de desenvolver suas forças produtivas. Sua percepção mais atenta a países colonizados como Irlanda e Rússia pode ser explicada pela proximidade destes países com os centros industriais europeus daquela época, sobretudo Inglaterra e França.

Talvez, a necessidade de analisar as realidades coloniais destes países e propor o desenvolvimento de suas forças produtivas por meio, em um primeiro momento, da aceitação passiva da dominação dos países mais desenvolvidos, passando pela defesa de independências nacionais, tenha exigido a atenção extrema de Marx para este tema. Isto porque, juntamente com Engels, ele estava preocupado em produzir um pensamento que revelasse a necessidade de que nos países coloniais e semicoloniais fossem proporcionadas as condições necessárias para a formação de um proletariado que pudesse

alargar as fileiras revolucionárias do movimento operário europeu, em um momento extremamente delicado e contrarrevolucionário.

Por mais que se mostrasse relativamente atento à América e à Índia, e já tivesse, desde 1848, a consciência internacionalista do movimento proletário, a efervescência revolucionária havia explodido na Europa, e o continente Americano ainda estava imerso no processo de independência. Os focos de resistência aos ataques da burguesia estavam restritos a poucos países daquele continente. Desse modo, o pensamento de Marx sobre a América Latina pode não ter tanta influência hegeliana como Aricó afirma. Ao invés da influência do conceito de “povos sem história”, poder-se-ia inferir que a análise marxiana da América Latina careceu de radicalidade histórica em decorrência de uma necessidade revolucionária, na medida em que teve que se dedicar mais à análise da questão colonialista próxima à Europa para pensar a formação de uma classe proletária, até então inexistente nos países colonizados, que pudesse se juntar ao operariado dos países europeus já desenvolvidos.

O conceito de Estado em Marx e o problema de Aricó

Desde as primeiras rugas entre Marx e o pensamento de Hegel, o conceito de Estado foi tema presente. Lembre-se do primeiro acerto de contas que Marx realizou ao criticar a Filosofia do Direito de Hegel. Nele, o debate sobre a concepção hegeliana de Estado assumiu papel central, cuja crítica buscava revelar a mistificação que Hegel fizera ao explicar a origem e a natureza do Estado. Enquanto para este filósofo o Estado tinha um caráter universal, no qual estavam reunidos os interesses gerais que haviam se fragmentado na sociedade civil, devido aos interesses individuais que se conflitavam, para Marx, o que Hegel fazia era separar a sociedade civil do Estado, mas apresentá-los como integrados (FREDERICO, 2009). O filósofo comunista estendeu a alienação religiosa, postulada por Feuerbach, à alienação do Estado. Os indivíduos reais não têm existência própria senão na existência de um ente externo a si próprios, o Estado, da mesma forma que para Feuerbach o homem havia se alienado em Deus.

esse pensamento abstrato e exuberante do Estado moderno, cuja realidade permanece no além, mesmo tratando-se de um além que só existe do outro lado do Reno: por outro lado, inversamente, a imagem conceitual alemã de Estado moderno, [385] apartada do verdadeiro ser humano, só foi possível porque e na medida em que o próprio Estado moderno está apartado do verdadeiro ser humano ou só satisfaz o ser humano integralmente de maneira imaginária (MARX, 2010, p. 43, grifos do autor).

É fato que para os hegelianos de esquerda, dentre eles Marx, a transformação da realidade alemã era pensada ainda de maneira idealista. A dialética idealista de Hegel ainda estava presente, mas de um modo que permitia a eles pensar no movimento do espírito universal enquanto processo transformador do real. O que estava em jogo, naquele momento, era o confronto com a monarquia prussiana. Recusava-se, portanto, qualquer hipótese que se alinhasse à tese de que o Estado prussiano moderno era a expressão final e mais elevada da história humana.

A insistência desta discussão em torno de Hegel justifica-se pela argumentação que se encontra no texto de José Aricó, cuja tese afirma que Marx, ao analisar a América Latina (e claro, Bolívar), ora se alinhou a Hegel, ora o refutou. O que o marxista argentino insiste é que, seja incorporando ou negando o hegelianismo, Marx não compreendeu o movimento histórico latino-americano. Com relação ao Estado, a crítica de Aricó se baseia no rechaço marxiano a qualquer possibilidade de o Estado assumir o papel de organizador da sociedade. Ora, se no momento (1843) em que Marx ainda mantinha certa identidade, ainda que pouca, com o pensamento filosófico de Hegel e Feurbach, sua crítica ao Estado já era feroz, muito mais seria após seu contato com a Economia Política.

Não se pode perder de vista que o texto sobre Bolívar foi escrito no final de 1857, portanto, praticamente uma década após o célebre e repetido enunciado do Manifesto Comunista: “O Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa” (MARX, 1963, p. 24). Marx é acusado de trair seu próprio método ao escrever sobre Bolívar, já que não compreendeu as forças sociais em jogo e preferiu fazer a analogia entre Bolívar e Bonaparte e seus autoritarismos. Para Aricó, Marx não foi capaz de perceber que o projeto bolivariano era voltado para as gentes exploradas da outrora colônia da Espanha. Duas perguntas poderiam ser colocadas a Aricó: Bolívar tinha motivos para defender interesses mestiços, mulatos, negros e indígenas? Estaria, então, traíndo aqueles que seriam os interesses de seu próprio segmento social?

O governo centralista, muito parecido com uma monarquia parlamentar, requerido por Bolívar era, do ponto de vista de Aricó, uma necessidade que o líder *criollo* tinha a partir das condições históricas do momento, pois ele tinha medo de uma anarquia popular, devido às constantes guerras civis que decorriam da luta independentista contra os espanhóis.

Ora, a própria constatação do marxista argentino revela que a hegemonia *criolla* (aristocrática e elitista) era a pauta principal a ser defendida em todo o processo independentista. A história colonial da América espanhola foi composta por constantes revoltas de índios e negros contra a exploração que sofriam e o pagamento de tributos à Coroa. A exploração do trabalho tinha o *criollo* como figura imediata, uma vez que era dele as terras e boa parte das minas de onde se retiravam alimentos, ouro e prata, respectivamente. Assim, o

confronto entre os que trabalhavam e os que controlavam a atividade laborativa e o produto final desta atividade foi inevitável.

A constatação crítica de Aricó depõe contra seu próprio argumento em relação a Marx:

é surpreendente que [Marx] não tenha dado atenção alguma às referências acerca da atitude de vários setores sociais latino-americanos ante à guerra de independência, às rebeliões camponesas ou rurais contra as elites *criollas* que dirigiam a revolução, à debilidade dos apoios políticos dessas elites entre os setores populares da população e, mais particularmente, entre os negros e os índios, que tendiam a sustentar a causa dos espanhóis. [...] Ao profundo temos que se apodera da classe governante diante da possibilidade de um processo que reproduzisse os fatos da subversão de TupacAmaru ou à rebelião negra do Haiti (ARICÓ, 1982, p. 111).

A mistificação em torno da figura de Bolívar parece reaparecer aqui nos mesmos moldes que o fizeram ser considerado o Libertador da América espanhola. Isto porque, repentinamente, ele deixa de ser um *criollo* e o principal representante político-militar deste segmento, para defender os interesses daqueles grupos que até então eram impedidos de qualquer possibilidade de ascensão popular e considerados inimigos do segmento social ao qual o líder da independência pertencia. Até então, os *criollos* haviam se juntado com os espanhóis, seus inimigos, para derrotar os índios e os negros todas as vezes que estes se levantaram contra seus opressores, inclusive e principalmente, na revolta liderada por Tupac Amaru. Aricó e muitos outros bolivarianos consideram que Bolívar começou a guerra com seu sentimento de rechaço aos setores pobres da sociedade, mas que, de repente, percebeu que só podia vencer os espanhóis com a ajuda dos segmentos populares.

A constatação está correta, porque após 1815, depois de se refugiar na Jamaica, Bolívar retorna para a Venezuela e Nova Granada, atual Colômbia, com a estratégia de convencer os segmentos populares a lutar ao lado do exército independentista. Por isso, lançou mão da abolição da escravatura e do fim dos impostos aos índios. Como Bolívar mesmo disse, os negros também deviam dar seus mortos à guerra (BOLÍVAR, 1992). O objetivo da luta independentista liderada pelos *criollos* era de romper com as amarras econômicas e políticas impostas pela Metrópole. A expansão do mercado pretendida pelos líderes políticos deste movimento era uma forma de aumentar seus ganhos. Não havia nenhuma possibilidade, entre os *criollos*, de que houvesse alguma alteração na configuração social da época, de maneira que a hegemonia econômica e política continuaria nas mãos dos donos da propriedade privada do principal

meio de produção existente, a terra. Estes pressupostos jamais foram questionados durante a guerra de independência, mesmo quando os segmentos pobres passaram a fazer parte das fileiras do exército patriótico.

Considerações finais

A polêmica em torno do texto de Marx sobre Bolívar gera discussões até hoje. No interior desta discussão, há vários problemas conceituais da teoria marxiana, bem como o realce da mistificação da figura de Simón Bolívar.

José Aricó, o marxista latino-americano que mais se deteve nesta discussão, pode ter razão quando afirma que Marx não prestou a devida atenção no movimento histórico da independência da América espanhola e, por isso, dentre outras coisas, viu em Bolívar uma imitação grosseira de Bonaparte, um autoritário, onde, segundo ele, deveria ver um defensor da democracia. No entanto, é necessário que se rompa com esta mistificação de Bolívar, segundo a qual o coloca como um personagem identificado com as necessidades dos segmentos sociais explorados da América espanhola do período independentista. Se Bolívar defendia mesmo a causa dos negros, dos índios, dos mulatos e mestiços daquela época, porque, então, segundo ele, participaria do governo somente os militares e demais representantes do segmento *criollo*? Possivelmente, o medo destes segmentos existia porque não havia em Bolívar a identificação necessária para com os ideais destes grupos, dos quais sempre ouvira falar mal durante sua formação intelectual, digna de um *criollo*. O devir histórico latino-americano colocou Bolívar no interior de movimentos sociais e partidos políticos comprometidos a questionar e, em alguns casos, a romper com a estrutura social capitalista. Ele é lembrado pelos movimentos antiimperialistas e anti-capitalistas, cujos projetos políticos se chocam com os dos trustes industriais e dos latifúndios, herança colonial que perdura até hoje. No entanto, parece complicado afirmar que Bolívar foi um político preocupado com os problemas históricos dos segmentos sociais marginalizados de sua época.

Notas

* Doutorando em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Docente do Colegiado de Pedagogia da Universidade Estadual do Paraná, Câmpus de Campo Mourão (Unespar). E-mail: alexdancini@hotmail.com

** Pós-Doutor em História da Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Professor Associado da Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: jjpmelo@hotmail.com

¹ O texto na íntegra encontra-se em: MARX; ENGELS, 1982.

² Faustin Soulouque (1782-1867) foi presidente e imperador do Haiti. Marx tinha uma aversão por Napoleão III e Soulouque, por este último em maior grau. Por isso,

a comparação com Bolívar.

³ Setor da sociedade venezuelana que se destacava pelo poder econômico e por defender a tradição segundo a qual somente as mulheres de famílias ricas poderiam cobrir suas cabeças com mantos ao saírem de casa para eventos sociais. Ir à igreja, por exemplo.

Referências

ARICÓ, José Maria. Pasado y Presente. **Pasado Y presente**, República Argentina, n. 1, año 1, p. 1-17, abr./jun., 1963. Disponível em: <<http://www.arico.unc.edu.ar/pasado-presente-texto.htm#>>. Acesso em: 1 ago.2014.

ARICÓ, José. **Marx e a América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BOLÍVAR, Simón. **Escritos políticos**. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1992.

FREDERICO, Celso. **O jovem Marx 1843-1844**: as origens da ontologia do ser social. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl. **Closas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”**. De um prussiano. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Vitória, 1963.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Contribuição para uma história da América Latina**. São Paulo: Edições Populares, 1982.

Recebido em: agosto de 2013.

Aprovado em: março de 2014.